

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.621.319	1.593.231
1.01	Ativo Circulante	50.831	30.979
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.687	1.680
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.538	600
1.01.03	Contas a Receber	18.013	16.715
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.422	9.433
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.422	9.433
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.251	1.645
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.920	906
1.02	Ativo Não Circulante	1.570.488	1.562.252
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	402.232	397.224
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	234.283	234.281
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	234.283	234.281
1.02.01.06	Tributos Diferidos	125.978	119.235
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	125.978	119.235
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	216	263
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	41.755	43.445
1.02.03	Imobilizado	10.677	11.059
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.677	11.059
1.02.04	Intangível	1.157.579	1.153.969
1.02.04.01	Intangíveis	1.157.579	1.153.969

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.621.319	1.593.231
2.01	Passivo Circulante	59.470	48.105
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.271	3.296
2.01.01.01	Obrigações Sociais	607	711
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.664	2.585
2.01.02	Fornecedores	15.780	24.879
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.780	24.879
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.439	2.921
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.347	1.724
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.347	1.724
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.092	1.197
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	35.591	14.076
2.01.04.02	Debêntures	35.591	14.076
2.01.05	Outras Obrigações	555	1.146
2.01.05.02	Outros	555	1.146
2.01.05.02.04	Credor peça Concessão	309	719
2.01.05.02.05	Outros Passivos	246	427
2.01.06	Provisões	1.834	1.787
2.01.06.02	Outras Provisões	0	1.787
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	0	1.787
2.02	Passivo Não Circulante	1.513.335	1.482.919
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.318.255	1.298.401
2.02.01.02	Debêntures	1.318.255	1.298.401
2.02.02	Outras Obrigações	95.080	91.233
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	93.124	89.220
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	89.220
2.02.02.02	Outros	1.956	2.013
2.02.02.02.03	Outros Passivos	0	2.013
2.02.04	Provisões	100.000	93.285
2.02.04.02	Outras Provisões	0	93.285
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	0	5.178
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	0	3.010
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	0	85.097
2.03	Patrimônio Líquido	48.514	62.207
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-255.064	-241.371

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	60.344	53.415
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.940	-40.605
3.03	Resultado Bruto	21.404	12.810
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.919	5.034
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.044	-667
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	125	5.701
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.485	17.844
3.06	Resultado Financeiro	-37.921	-59.107
3.06.01	Receitas Financeiras	8.741	8.105
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.662	-67.212
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.436	-41.263
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.743	13.274
3.08.02	Diferido	6.743	13.274
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.693	-27.989
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-13.693	-27.989
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00045	0,00092

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-13.693	-27.989
4.03	Resultado Abrangente do Período	-13.693	-27.989

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.356	18.886
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	30.783	31.392
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-13.693	-27.989
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-6.743	-13.274
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	7.122	3.448
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	677	134
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	41.369	63.251
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Partes Relacionadas	3.904	3.431
6.01.01.07	Provisão para Manutenção em Rodovias	6.085	9.253
6.01.01.08	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	0	108
6.01.01.09	Rendimento de Aplicações Financeiras	-7.938	-6.970
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.427	-12.506
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.298	-498
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	440	333
6.01.02.03	Outros Ativos	-4.015	-9.470
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-9.099	-3.706
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-410	55
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-482	220
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-25	645
6.01.02.09	Outros Passivos	-237	-79
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	2.601	-6
6.01.02.11	Depósitos Judiciais	-902	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.349	-12.953
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-21	-662
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-10.328	-12.291
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.007	5.933
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.680	39.512
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.687	45.445

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-241.371	0	62.207
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-241.371	0	62.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.693	0	-13.693
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.693	0	-13.693
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-255.064	0	48.514

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-210.467	0	93.111
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-210.467	0	93.111
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-27.989	0	-27.989
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-27.989	0	-27.989
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-238.456	0	65.122

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	65.484	58.340
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	54.619	46.492
7.01.02	Outras Receitas	10.865	11.848
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	8.806	9.941
7.01.02.02	Receitas Acessórias	2.059	1.907
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.110	-27.204
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.810	-16.318
7.02.04	Outros	-10.300	-10.886
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-8.772	-9.941
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-851	-811
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-677	-134
7.03	Valor Adicionado Bruto	35.374	31.136
7.04	Retenções	-7.122	-3.448
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.122	-3.448
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	28.252	27.688
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.741	8.105
7.06.02	Receitas Financeiras	8.741	8.105
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.993	35.793
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	36.993	35.793
7.08.01	Pessoal	6.049	4.472
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.874	3.553
7.08.01.02	Benefícios	1.175	919
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.526	-8.090
7.08.02.01	Federais	-4.453	-10.605
7.08.02.03	Municipais	2.927	2.515
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.163	67.400
7.08.03.01	Juros	45.712	66.850
7.08.03.02	Aluguéis	451	550
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.693	-27.989
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.693	-27.989

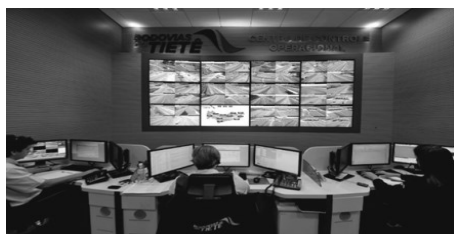
Comentário do Desempenho



1T17

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de março 2017

15 de Maio de 2017 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do 1º trimestre de 2017.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de Março de 2017 e 2016 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Conseqüentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Principais Obras e Investimentos	Página 15
Responsabilidade Socioambiental	Página 16
Demonstrações Financeiras	Página 17
Relacionamento com o Auditor	Página 21

Nuno Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

Email: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

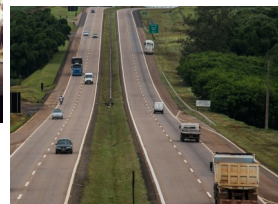
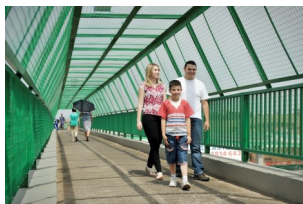
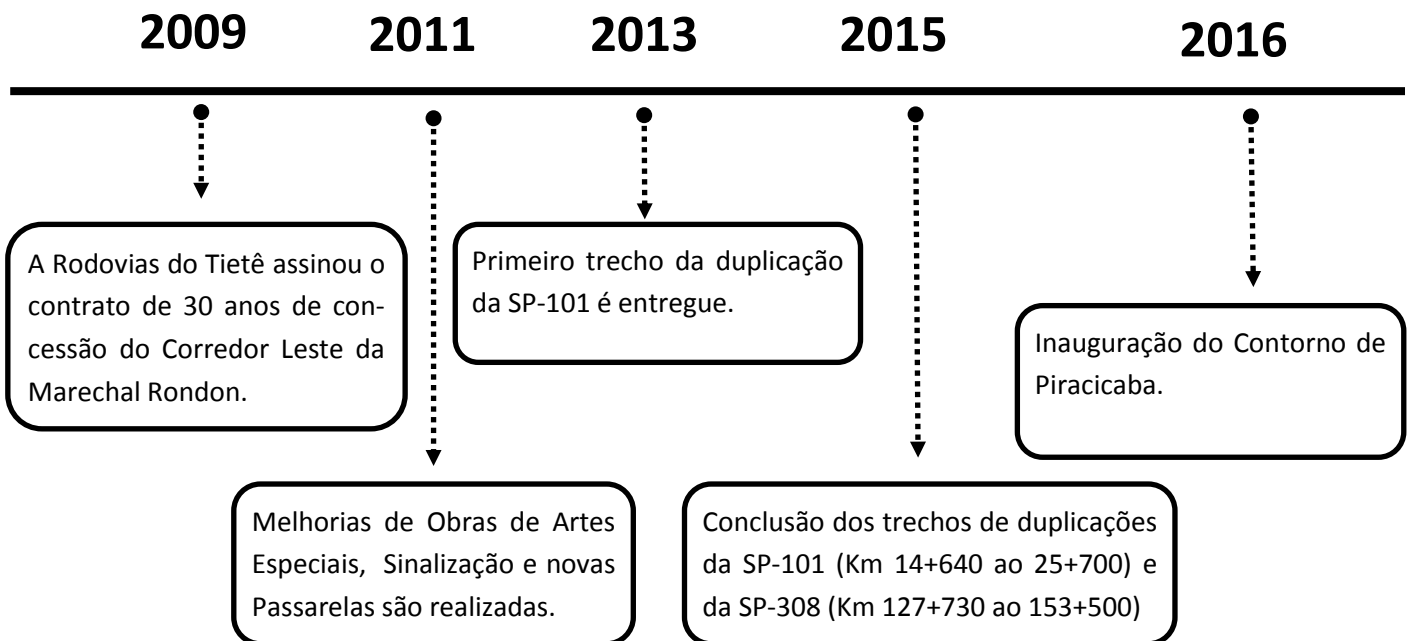


Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita

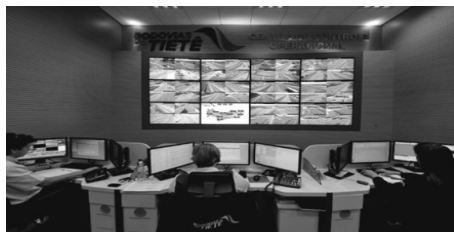
- ✓ R\$ 52 milhões de receita líquida.

Tráfego

- ✓ Aumento de 2,20% no tráfego pedagiado e aumento de 3,94% no tráfego em eixos equivalentes, principalmente pela liberação do acesso na SP-300 por conta da interdição do trecho da Serra de Botucatu causada pelo acidente geológico ocorrido no ano passado.

Obras

- ✓ Melhorias de dispositivos - SP-300; e
- ✓ Recuperação de Pavimento - SP-308.

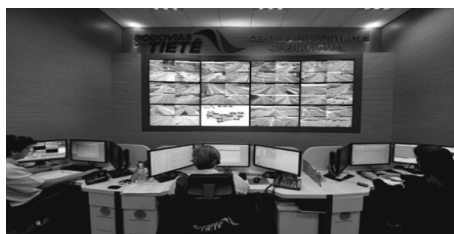


Sumário Executivo

A economia brasileira no primeiro trimestre de 2017 apresentou sinais de recuperação e crescimento. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 12,15% a.a em março de 2017, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 0,96% no acumulado nos primeiros três meses de 2017. Segundo o relatório Focus do Banco Central do Brasil projetou para o Produto Interno Bruto (PIB) em 31 de março de 2017 um crescimento de 0,47%. O crescimento do PIB, segundo os economistas, é efeito do setor da agropecuária, que vem crescendo pela supersafra de grãos registrada no período.

No primeiro trimestre de 2017 houve um aumento de aproximadamente 2,20% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, esse aumento deve-se, principalmente pela liberação do acesso total na SP-300 no município de Anhembi bloqueado em função do acidente geológico ocorrido em Janeiro de 2016 na Serra de Botucatu, cujas obras foram concluídas no dia 30/09/2016, liberando totalmente a rodovia para tráfego nos dois sentidos.

As principais obras realizadas no primeiro trimestre de 2017 foram a recuperação do pavimento da SP-308 e as melhorias nos dispositivos da SP-300.



Tráfego

No primeiro trimestre de 2017 o volume de tráfego aumentou 2,20% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu aumento de 1,59%, enquanto comerciais leves e pesados aumentou em 2,57% e 6,62% respectivamente.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2017*	2016*	Variação
Passeio	4.841.968	4.766.128	1,59%
Comercial Leve	811.574	791.211	2,57%
Comercial Pesado	630.369	591.210	6,62%
Total	6.283.911	6.148.549	2,20%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

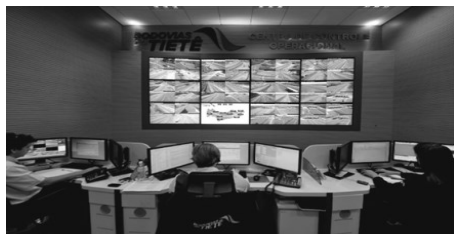
No primeiro trimestre de 2017 o volume de tráfego de eixos equivalentes sofreu aumento de 3,94% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu aumento de 1,60%, enquanto comerciais leves e pesados aumentou em 2,37% e 7,97% respectivamente.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2017*	2016*	Variação
Passeio	4.767.179	4.692.013	1,60%
Comercial Leve	2.024.457	1.977.564	2,37%
Comercial Pesado	3.758.044	3.480.676	7,97%
Total	10.549.680	10.150.253	3,94%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

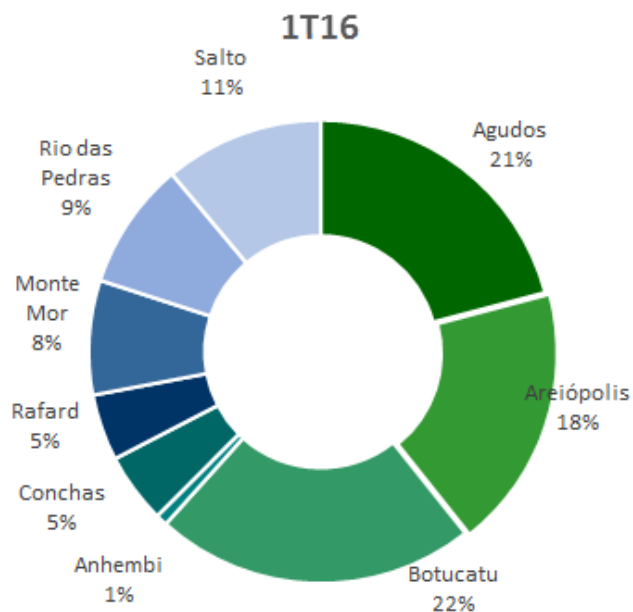
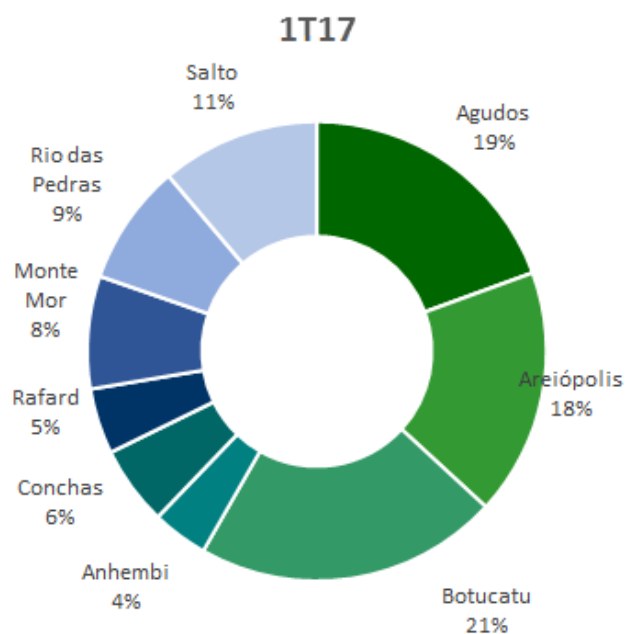
O aumento foi impactado principalmente pela interdição na SP-300 no trecho de Serra, no município de Botucatu em 2016. A Serra ficou fechada de 11/01/2016 a 30/09/2016. O tráfego de veículos leves foi liberado em 31/03/2016 e de veículos pesados em 02/10/2016. A perda de arrecadação do ano anterior foi ressarcida através de sinistro pago pela seguradora em R\$ 11,6 milhões.

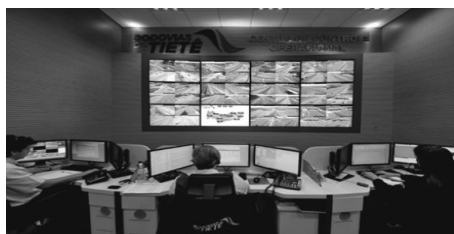


Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 57% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 43% da receita.





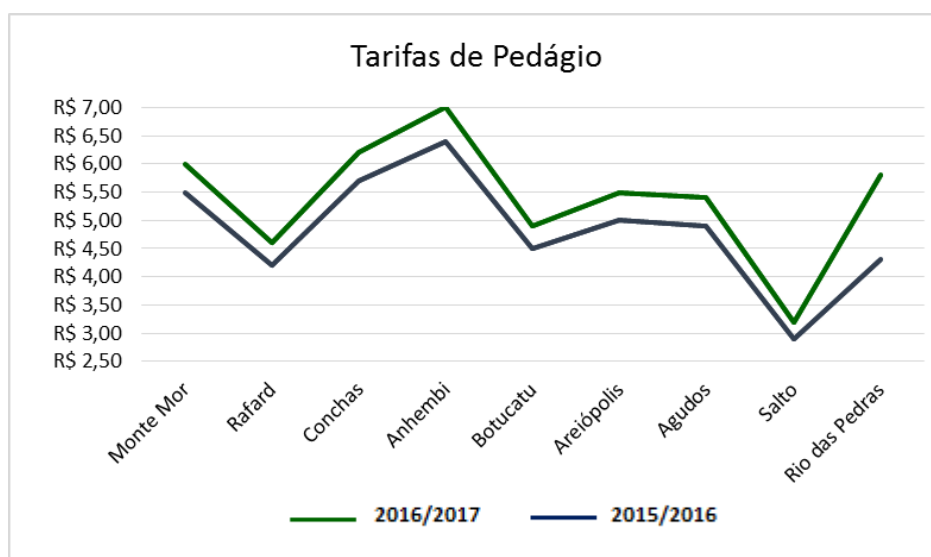
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2016 houve reajuste das tarifas de pedágio em 9,32% em linha com o IPCA divulgado pelo IBGE, além da reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Rio das Pedras em função do término da 1ª fase de duplicação da SP-308.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente é de R\$ 5,40, contra R\$ 4,82 em 2015/2016.

Praça de pedágio	2016/2017	2015/2016
Monte Mor	R\$ 6,00	R\$ 5,50
Rafard	R\$ 4,60	R\$ 4,20
Conchas	R\$ 6,20	R\$ 5,70
Anhembi	R\$ 7,00	R\$ 6,40
Botucatu	R\$ 4,90	R\$ 4,50
Areiópolis	R\$ 5,50	R\$ 5,00
Agudos	R\$ 5,40	R\$ 4,90
Salto	R\$ 3,20	R\$ 2,90
Rio das Pedras	R\$ 5,80	R\$ 4,30
Tarifa Média	R\$ 5,40	R\$ 4,82





Receitas

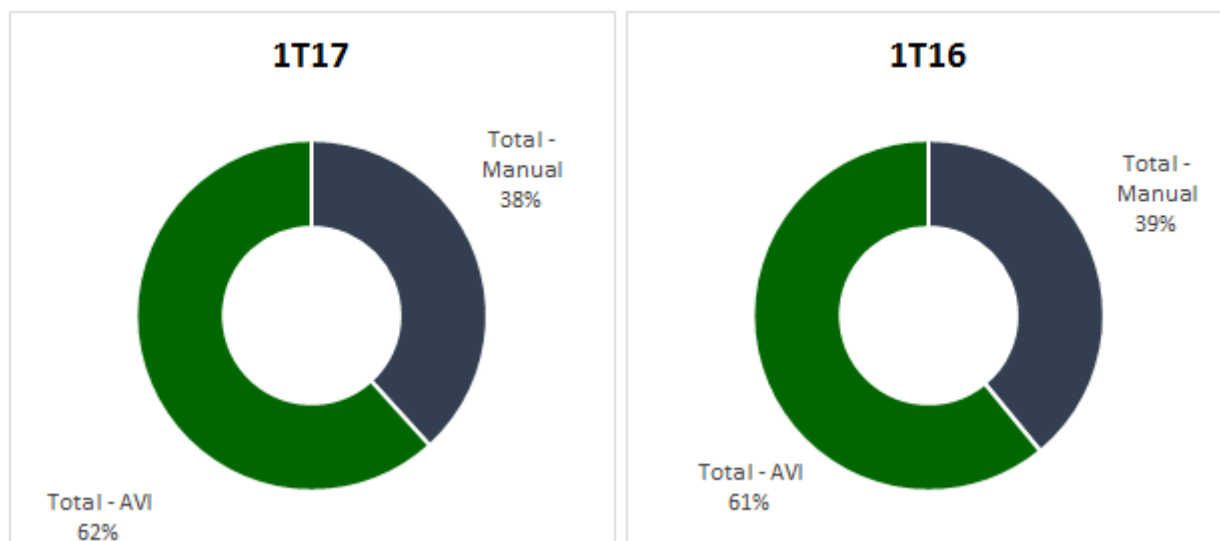
Receitas (em R\$ mil)	2017*	2016*	Varição
Receitas de Pedágio	54.619	46.492	17,48%
Receitas Acessórias	2.059	1.907	7,97%
Impostos sobre Receitas	(5.140)	(4.925)	4,37%
Receitas Operacionais	51.538	43.474	18,55%
Receitas de Construção	8.806	9.941	-11,42%
TOTAL	60.344	53.415	12,97%

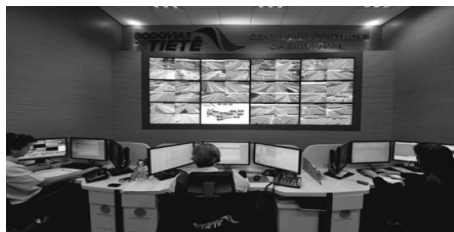
*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

A Concessionária obteve, no primeiro trimestre de 2017, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 54.619 mil (R\$ 46.492 mil no mesmo período de 2016) e arrecadou R\$ 2.059 mil (R\$ 1.907 mil em 2016 no mesmo período) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS, PIS e CO-FINS totalizando R\$ 5.140 mil no período (R\$ 4.925 mil no mesmo período do ano anterior).

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 8.806 mil de receita de construção contra R\$ 9.941 mil em 2016 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento





Custos e Despesas Operacionais

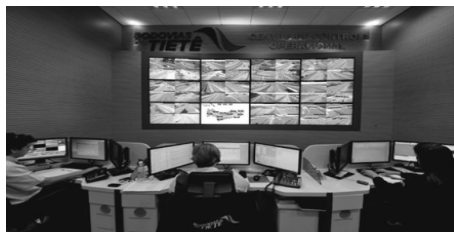
Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2017*	2016*	Variação
Com pessoal	(5.396)	(4.111)	31,26%
Serviços de terceiros	(1.883)	(1.314)	43,30%
Ônus variável da concessão	(851)	(811)	4,93%
Manutenção e conservação	(10.051)	(10.592)	-5,11%
Seguros e garantias	(633)	(581)	8,95%
Honorários da administração	(653)	(361)	80,89%
Outros	(1.538)	(860)	78,84%
Subtotal	(21.005)	(18.630)	12,75%
Depreciação e amortização	(7.122)	(3.448)	106,55%
Custo dos serviços de construção	(8.772)	(9.941)	-11,76%
Serviços de manutenção em rodovias	(6.085)	(9.253)	-34,24%
Total	(42.984)	(41.272)	4,15%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2017, houve aumento de 12,75% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 18.630 mil em 2016 para R\$ 21.005 mil em 2017. As principais variações foram:

- ⇒ Com pessoal: Aumento em função do pagamento de Participações no Lucros ou Resultados (PLR) do exercício de 2015 revertida provisão em 2016 e paga em 2017;
- ⇒ Serviços de terceiros: Honorários advocatícios relacionados aos depósitos de discussões trabalhistas (ver nota explicativa 12.a);
- ⇒ Honorários da administração: Aumento em função do pagamento de Participações no Lucros ou Resultados (PLR) do exercício de 2015 revertida provisão em 2016 e paga em 2017;
- ⇒ Outros: Em análise; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Conclusão das obras de Contorno de Piracicaba.



EBITDA e MARGEM EBITDA

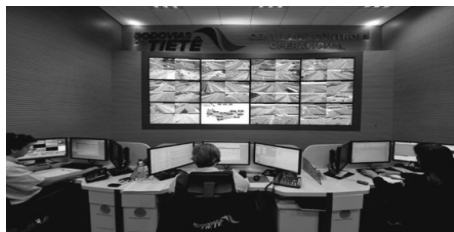
O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2017*	2016*	Variação
Resultado Líquido do Período	(13.693)	(27.989)	-51,08%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(6.743)	(13.274)	-49,20%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	37.921	59.107	-35,84%
(+/-) Depreciação e Amortização	7.122	3.448	106,55%
EBITDA	24.607	21.292	15,57%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	6.085	9.253	-34,24%
EBITDA AJUSTADO (a)	30.692	30.545	0,48%
Receitas Operacionais (b)	51.538	43.474	18,55%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	59,55%	70,26%	10,71 p.p

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre, houve aumento de 0,48% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 30.545 mil no primeiro trimestre de 2016 para R\$ 30.692 mil no mesmo período em 2017, principalmente pelas variações nos custos operacionais, detalhados na página anterior.

Já a margem EBITDA teve um aumento de 10,71 p.p., resultado do maior EBITDA.



Resultado Financeiro

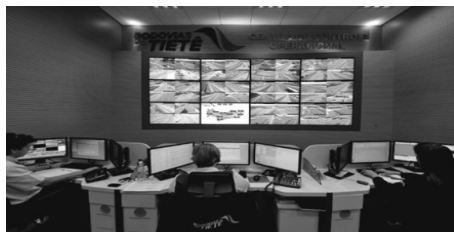
O resultado financeiro do primeiro trimestre de 2017, comparado ao mesmo período de 2016, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2017*	2016*	Variação
Debêntures	(41.369)	(63.044)	-34,38%
Mútuo	(3.904)	(3.431)	13,79%
Outras Despesas Financeiras	(1.389)	(737)	88,47%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(46.662)	(67.212)	-30,57%
Receitas Financeiras	8.741	8.105	7,85%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(37.921)	(59.107)	-35,84%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2017 houve redução de 35,84% no resultado financeiro que passou de menos R\$ 59.107 mil no primeiro trimestre de 2016 para menos R\$ 37.921 mil no mesmo período em 2017. As principais variações foram:

- ⇒ Debêntures: Menor IPCA incidente sobre o principal;
- ⇒ Juros linha de crédito Itaú: O valor total capitado foi amortizado ainda no primeiro trimestre de 2017;
- ⇒ Receitas Financeiras: Atualização de impostos a recuperar pela SELIC.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

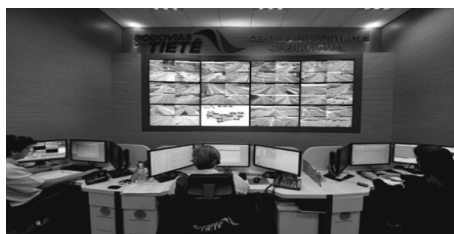
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados cinco pagamentos, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil, em 14 de junho de 2016, no montante de R\$ 51.851 mil e em 14 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 54.109 mil.



Debêntures - (continuação)

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

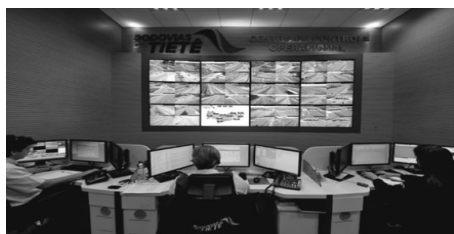
- i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 foram aprovados os seguintes condicionantes:

- i) Da relação entre Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10; e
- ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34



Obras e Investimentos

Melhorias de Dispositivos - SP-300



Melhoria de 20 dispositivos na SP-300. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 8,3 milhões e o custo já incorrido até março de 2017 foi de R\$ 4,2 milhões.

Recuperação de Pavimento - SP-308



Houve restauro do pavimento da rodovia SP-308, entre os quilômetros 127 ao 153, no sentido Norte. A obra em questão passou pela fresagem da faixa 02, ao longo dos 25 quilômetros, e a respectiva recomposição foi feita através de pavimento invertido com revestimento asfáltico, base granular e sub-base cimentada. Para isso foi necessário executar um desvio de todo o tráfego para a pista Sul em segmentos de 5 km, proporcionando, excelentes condições de segurança tanto para o usuário como para os profissionais de obra. O custo total estimado da obra é de R\$ 20,4 milhões e o custo incorrido foi de R\$ 6,8 milhões.



Responsabilidade Socioambiental

Campanha



Foram realizadas campanhas de “Mutirão contra a Dengue” em parceria com a empresa ELO Construções e Instalações. As campanhas promoveram a limpeza e a retirada de entulhos, como também a população foi orientada como evitar o aparecimento de criadouros do mosquito transmissor da dengue.

Café na Passarela



O Café na Passarela possui duas edições a cada mês, e tem como objetivo orientar e incentivar os pedestres a utilizarem a passarela, e ressaltar os motivos de segurança. Os usuários foram conscientizados pela Concessionária com o apoio da Artesp, sobre a importância do uso da passarela na travessia, como forma de garantir a sua própria segurança e de seus familiares.

Doações

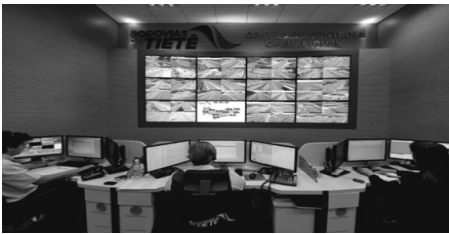


Câmeras de monitoramento foram doadas para as prefeituras dos municípios de Monte Mor e Capivari. Câmeras que não são mais utilizadas são destinadas para a doação. As câmeras foram entregues para os prefeitos Thiago Assis do município de Monte Mor e Rodrigo Proença do município de Capivari.

Projeto Abrace o Trânsito #Escola

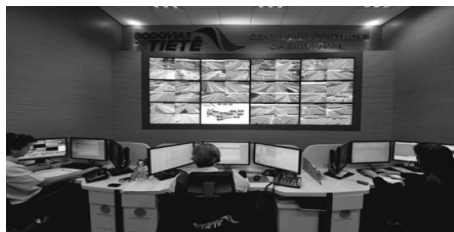


O Projeto Escola visa instruir as crianças no bom comportamento no trânsito, com dicas, vídeos educativos e orientações sobre os perigos no trânsito. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação, simulação de resgate e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária. Parte das escolas dos municípios de Salto, Elias Fausto e Capivari foram beneficiadas com o programa.



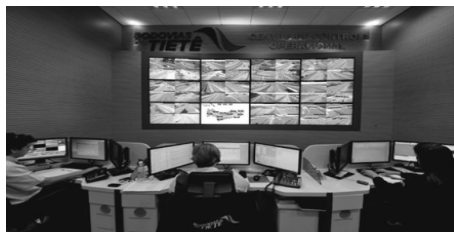
Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	8.687	1.680
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	8.538	600
Contas a receber (Nota 6)	18.013	16.715
Despesas Antecipadas	1.251	1.645
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.422	9.433
Outros ativos	4.920	906
	50.831	30.979
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	234.283	234.281
Tributos a recuperar (Nota 7)	13.485	16.075
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.a)	125.978	119.235
Despesas antecipadas	216	263
Depósitos judiciais (Nota 12)	24.071	23.170
Outros ativos	4.199	4.200
Imobilizado (Nota 09)	10.677	11.059
Intangível (Nota 10)	1.157.579	1.153.969
	1.570.488	1.562.252
Total do ativo	1.621.319	1.593.231



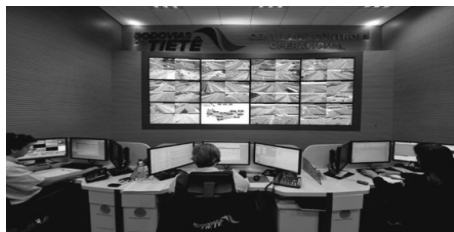
Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	15.780	24.879
Debêntures (Nota 13)	35.591	14.076
Credor pela concessão	309	719
Obrigações tributárias	2.439	2.921
Obrigações trabalhistas	3.271	3.296
Provisões (Nota 12)	1.834	1.787
Outros passivos	246	427
	59.470	48.105
Não circulante		
Provisões (Nota 12)	100.000	93.285
Debêntures (Nota 13)	1.318.255	1.298.401
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)	93.124	89.220
Outros passivos	1.956	2.013
	1.513.335	1.482.919
Total do passivo	1.572.805	1.531.024
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(255.064)	(241.371)
Total do patrimônio líquido	48.514	62.207
Total do passivo e patrimônio líquido	1.621.319	1.593.231



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	31/03/2017	31/03/2016
Receita operacional líquida (Nota 15)	60.344	53.415
Custos dos serviços prestados (Nota 16)	(38.940)	(40.605)
Lucro bruto	21.404	12.810
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 16)	(4.044)	(667)
Outras receitas operacionais, líquidas	125	5.701
	(3.919)	5.034
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	17.485	17.844
Despesas financeiras (Nota 17)	(46.662)	(67.212)
Receitas financeiras (Nota 17)	8.741	8.105
	(37.921)	(59.107)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.436)	(41.263)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.b)	6.743	13.274
Prejuízo do período	(13.693)	(27.989)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 19)	(0,000451)	(0,000922)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	31/03/2017	31/03/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(13.693)	(27.989)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	(6.743)	(13.274)
Depreciação e amortização (Nota 16)	7.122	3.448
Variação monetária e reversão do AVP s/ provisão para investimentos em rodovias (Nota 12)	677	134
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos (Nota 17)	41.369	63.251
Rendimento de aplicações financeiras	(7.938)	(6.970)
Perda na baixa de ativo imobilizado (Nota 9)	-	108
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 17)	3.904	3.431
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 12.c)	6.085	9.253
	30.783	31.392
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(1.298)	(498)
Despesas antecipadas	440	333
Tributos a recuperar	2.601	(6)
Depósitos judiciais	(902)	-
Outros ativos	(4.015)	(9.470)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(9.099)	(3.706)
Credor pela concessão - ônus variável	(410)	55
Obrigações tributárias	(482)	220
Obrigações trabalhistas	(25)	645
Outros passivos	(237)	(79)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.356	18.886
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	-	-
Investimentos no ativo imobilizado (Nota 9)	(21)	(662)
Investimentos no ativo intangível (Nota 10)	(10.328)	(12.291)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(10.349)	(12.953)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	-
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	-	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	-	-
Decréscimo (acrécimo) líquido do caixa e equivalente de caixa	7.007	5.933
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.680	39.512
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	8.687	45.445



Relacionamento com o Auditor

No período findo em 31/03/2017, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as informações trimestrais (ITRs) relativas ao primeiro trimestre de 2017.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de março de 2017, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 895 milhões (R\$ 2.335 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 901 milhões (R\$2.345 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional--Continuação

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 15 de maio de 2017.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016 foram elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras intermediárias, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2017.

Normas, alterações e interpretações de normas

No período findo em 31 de março de 2017 não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.5 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as demonstrações financeiras intermediárias do referido período.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Disponibilidades	339	260
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	<u>8.348</u>	<u>1.420</u>
	<u>8.687</u>	<u>1.680</u>

(i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Aplicações financeiras vinculadas

Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e, as que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento, são classificados nessa categoria.

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (nota 13). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico a receber	15.137	9.947
Cartões de pedágio a receber	907	686
Receitas acessórias	1.536	5.429
Valores em trânsito	<u>433</u>	<u>653</u>
	<u>18.013</u>	<u>16.715</u>

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de março de 2017. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Impostos a recuperar

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	22.731	25.286
PIS e COFINS a recuperar	0	0
ISSQN a recuperar	0	8
Outros impostos a recuperar	176	214
	<u>22.907</u>	<u>25.508</u>
Circulante	9.422	9.433
Não circulante	13.485	16.075
	<u>22.907</u>	<u>25.508</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do período, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

a) *Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferido estão compostos conforme segue:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	121.494	118.224
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	333	333
Outras provisões	816	
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	31.216	28.933
Provisão para investimentos em rodovias	4.507	1.631
AVP Outorga	1.723	
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida		4.611
	<u>160.089</u>	<u>153.732</u>
Passivo:		
Amortização – curva de tráfego (ii)	<u>(34.111)</u>	<u>(34.497)</u>
Líquido	<u>125.978</u>	<u>119.235</u>

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras devido à natureza de longo prazo limitada ao período da Concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) *Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Em 31 de março de 2017, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$357.336 (R\$347.717 em 31 de dezembro de 2016). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de março de 2017 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>31/03/2017</u>
2027	1.869
2028	4.561
2029	12.565
2030	23.659
2031	32.158
2032	42.010
2033	<u>9.156</u>
	<u><u>125.978</u></u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) *Imposto de renda e contribuição social no resultado*

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(20.436)	(41.263)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	6.948	14.029
Ajuste para demonstração da taxa efetiva: Diferenças permanentes	(205)	(755)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do período	<u>6.743</u>	<u>13.274</u>
Alíquota efetiva	<u>33%</u>	<u>32%</u>

9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

a) Composição

	Taxa anual de depreciação		31/03/2017		31/12/2016	
	%	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Móveis e utensílios	10	1.206	(436)	770	799	
Equipamentos de informática	20	4.416	(3.491)	925	1.027	
Equipamentos de telefonia	20	206	(199)	7	8	
Terrenos		377		377	377	
Edifícios	3,8	6.380	(1.084)	5.296	5.360	
Automóveis/caminhões	5	2.350	(1.291)	1.059	1.171	
Outros	10 a 20	3.474	(1.231)	2.243	2.317	
		<u>18.409</u>	<u>(7.732)</u>	<u>10.677</u>	<u>11.059</u>	

O ativo imobilizado registrado não está vinculado ao contrato de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação

	Período de três meses findo em 31 de março de 2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	1.205	1		1.206
Equipamentos de informática	4.401	16		4.417
Equipamentos de telefonia	206			206
Terrenos	377			377
Edifícios	6.380			6.380
Automóveis/caminhões	2.350			2.350
Outros	3.469	5		3.474
	18.388	21		18.409
Depreciação				
Móveis e utensílios	(406)	(30)		(436)
Equipamentos de informática	(3.374)	(117)		(3.491)
Equipamentos de telefonia comercial	(198)	(1)		(199)
Edifícios	(1.020)	(64)		(1.084)
Automóveis/caminhões	(1.179)	(112)		(1.291)
Outros	(1.152)	(79)		(1.231)
	(7.329)	(404)		(7.733)
Líquido	11.059	(382)		10.677
	Período de três meses findo em 31 de março de 2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	871			871
Equipamentos de informática	4.207	21		4.228
Equipamentos de telefonia	197			197
Terrenos	84	293		377
Edifícios	6.380			6.380
Automóveis/caminhões	2.221	135	(185)	2.171
Outros	2.985	213		3.198
	16.945	662	(185)	17.422
Depreciação				
Móveis e utensílios	(304)	(22)		(326)
Equipamentos de informática	(2.834)	(137)		(2.971)
Equipamentos de telefonia	(169)	(9)		(178)
Edifícios	(765)	(64)		(829)
Automóveis/caminhões	(658)	(110)	77	(691)
Outros	(950)	(100)		(1.050)
	(5.680)	(442)	77	(6.045)
Líquido	11.265	220	(108)	11.377

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

a) Composição

		31/12/2017		31/12/2016	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(71.549)	470.695	473.348
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	160.384	(16.910)	143.474	142.318
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	539.199	(23.865)	515.334	511.298
Serviços de construção - em andamento	(iii)	17.684		17.684	16.437
Outros	(iv)	7.839	(976)	6.863	6.955
Direito de uso de software		6.799	(3.270)	3.529	3.613
		1.274.149	(116.570)	1.157.579	1.153.969

- (i) Refere-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados. A principal obra concluída em 2016 foi o Contorno de Piracicaba.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. Originalmente, a Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos, em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível--Continuaçãob) Movimentação

	Taxa anual de	Período de três meses findo em 31 de março de 2017			
	amortização	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
	%				
Custo					
Direito de outorga da concessão		542.244			542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		158.429		1.955	160.384
Serviços de construção - obras concluídas		532.287	5.666	1.246	539.199
Serviços de construção - em andamento		16.437	4.448	(3.201)	17.684
Outros		7.839			7.839
Direito de uso de software		6.585	214		6.799
		<u>1.263.821</u>	<u>10.328</u>		<u>1.274.149</u>
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(*)	(68.896)	(2.653)		(71.549)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(*)	(16.111)	(799)		(16.910)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(20.989)	(2.876)		(23.865)
Outros	(*)	(884)	(92)		(976)
Direito de uso de software	20%	(2.972)	(298)		(3.270)
		<u>(109.852)</u>	<u>(6.718)</u>		<u>(116.570)</u>
Líquido		<u>1.153.969</u>	<u>3.610</u>		<u>1.157.579</u>

(*) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, a qual foi considerada a taxa média ponderada de 2,25% em 2017 (1,92% em 2016).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Taxa anual de amortização %	Período de três meses findo em 31 de março de 2016			
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo					
Direito de outorga da concessão		542.244			542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		147.170	2.069		149.239
Serviços de construção - obras concluídas		399.827	5.690		405.517
Serviços de construção - em andamento		105.598	4.251		109.849
Outros		7.434			7.434
Direito de uso de software		5.709	281		5.990
		<u>1.207.982</u>	<u>12.291</u>		<u>1.220.273</u>
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(*)	(63.666)	(1.312)		(64.978)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(*)	(14.630)	(364)		(14.994)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(16.178)	(1.053)		(17.231)
Outros	(*)	(811)	(17)		(828)
Direito de uso de software	20%	(1.852)	(260)		(2.112)
		<u>(97.137)</u>	<u>(3.006)</u>		<u>(100.143)</u>
Líquido		<u>1.110.845</u>	<u>9.285</u>		<u>1.120.130</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil.

11. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Remuneração fixa (1)	503	361
Remuneração variável (2)	<u>150</u>	<u> </u>
	<u>653</u>	<u>361</u>

(1) Incluem salários e honorários da Administração, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota 18.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota 18.

Na Assembléia Geral Ordinária (AGO) realizada após a revisão do período findo em 31 de março de 2017 (28 de abril de 2017), foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.650. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AB Concessoes	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	84.409	80.876
Ascendi International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	<u>8.715</u>	<u>8.344</u>
			<u>93.124</u>	<u>89.220</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para demandas judiciais	5.178	5.178
Provisão para investimentos em rodovias	4.844	4.797
Provisão para manutenção em rodovias	<u>91.812</u>	<u>85.097</u>
	101.834	95.072
Circulante	<u>(1.834)</u>	<u>(1.787)</u>
Não circulante	<u>100.000</u>	<u>93.285</u>

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 31 de março de 2017 em R\$267 (R\$267 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 31 de março de 2017 em R\$4.911 (R\$4.911 em 31 de dezembro de 2016) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

Adicionalmente, em 31 de março de 2017, a Companhia possui o equivalente a R\$31.931 (R\$11.134 em 31 de dezembro de 2016) de causas trabalhistas, relacionadas a uma provisão trabalhista em massa referente a Empresa Nanuque, R\$27.213 (R\$31.414 em 31 de dezembro de 2016) de causas cíveis, e R\$67.741 (R\$67.555 em 31 de dezembro de 2016) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 31 de março de 2017, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$24.071 (R\$23.170 em 31 de dezembro de 2016) são compostos por R\$16.388 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas de uma empresa de Nanuque - Minas Gerais do setor de plantio/coleta de cana e álcool (R\$ 16.239 em 31 de dezembro de 2016). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento de que todas as empresas rés envolvidas no processo (inclusive a CRT) fazem parte de um determinado grupo econômico. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$427 estão relacionados a discussões cíveis (R\$427 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 411 relacionados a outros processos trabalhistas (R\$ 301 em 31 de dezembro de 2016), R\$2.328 relacionados a discussões tributárias (R\$1.922 em 31 de dezembro de 2016) e R\$4.517 relacionados a processos com a ARTESP (R\$4.280 em 31 de dezembro de 2016).

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos nos trimestres foi como segue:

	Saldo inicial	Atualização monetária	Saldo final
Provisão para investimentos	4.797	47	4.844
	4.797	47	4.844

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias --Continuação

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2017</u>
2017	1.834
2018	3.010
	<u>4.844</u>

c) Provisão para manutenção em rodovias

	<u>Período findo em 31 de março de 2017</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para manutenção	99.536	6.085			105.621
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.439)	630			(13.809)
Saldo	<u>85.097</u>	<u>6.715</u>			<u>91.812</u>

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflète a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foi utilizada a taxa de 8%.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos) e sinalização de rodovias (a cada oito anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2017</u>
2017	28.911
2018	37.978
2019	19.627
2020	4.290
2021	621
2022	
2023	254
2024	131
	<u>91.812</u>

13. Debêntures

a) Descrição da operação

<u>Debêntures não conversíveis</u>	<u>Principal R\$</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Encargos financeiros</u>
1ª emissão	1.065.000	15/09/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principal corrigido	1.383.932	1.370.422
Remuneração (juros)	31.632	5.032
Custo com emissão	<u>(61.718)</u>	<u>(62.977)</u>
	1.353.846	1.312.477
Circulante	<u>(35.591)</u>	<u>(14.076)</u>
Não circulante	<u>1.318.255</u>	<u>1.298.401</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Debêntures--Continuação

a) Descrição da operação--Continuação

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não são conversíveis em ações, e são da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. Estão previstas amortizações semestrais do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	% Amortização	Valor
2017	1%	9.134
2018	4%	48.576
2019	5%	74.732
2020	6%	88.710
2021	7%	97.567
2022	8%	117.081
2023	11%	145.866
2024	11%	158.322
2025	13%	176.866
2026	14%	187.523
2027	14%	189.737
2028	6%	89.817
	100%	1.383.932

b) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia, pelas aplicações financeiras vinculadas e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas semestrais, as quais são acompanhadas pela administração e não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 os indicadores foram cumpridos pela Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2017 e 2016, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Atlantia Bertin Participações S.A.	50,00%	15.178.923.798
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	<u>15.178.923.798</u>
		<u><u>30.357.847.596</u></u>

Em 31 de março de 2017 e 2016, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão. A margem de construção praticada é de 3,65%, em média, das aquisições de materiais faturados diretamente para a Companhia e empregados nos ativos que geram receitas.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Receita operacional líquida--ContinuaçãoImpostos sobre vendas--Continuação

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio	54.619	46.492
Receita de serviços de construção	8.806	9.941
Receitas acessórias	2.059	1.907
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(5.140)</u>	<u>(4.925)</u>
	<u>60.344</u>	<u>53.415</u>

16. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Com pessoal	(5.396)	(4.111)
Serviços de terceiros	(1.883)	(1.314)
Depreciação e amortização	(7.122)	(3.448)
Ônus variável da concessão	(851)	(811)
Manutenção e conservação	(10.051)	(10.592)
Custo dos serviços de construção	(8.772)	(9.941)
Serviços de manutenção em rodovias	(6.085)	(9.253)
Seguros e garantias	(633)	(581)
Honorários da administração	(653)	(361)
Outros	<u>(1.538)</u>	<u>(860)</u>
	<u>(42.984)</u>	<u>(41.272)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(38.940)	(40.605)
Despesas gerais e administrativas	<u>(4.044)</u>	<u>(667)</u>
	<u>(42.984)</u>	<u>(41.272)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias ou debêntures	(41.369)	(63.044)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(3.904)	(3.431)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(677)	(134)
Juros sobre demais operações financeiras	(439)	(375)
Outras despesas financeiras	(273)	(228)
	<u>(46.662)</u>	<u>(67.212)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	7.938	8.093
Atualização de impostos a recuperar	696	0
Outras receitas financeiras	107	12
	<u>8.741</u>	<u>8.105</u>
Resultado financeiro	<u>(37.921)</u>	<u>(59.107)</u>

18. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Salários e encargos sociais	(4.203)	(3.553)
Benefícios previstos em lei	(594)	(390)
Benefícios adicionais	(581)	(529)
Plano de Participação nos Resultados	(671)	
	<u>(6.049)</u>	<u>(4.472)</u>

(a) Refere-se à assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Numerador:		
Prejuízo do trimestre	(13.693)	(27.989)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,000451)</u>	<u>(0,000922)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de março de 2017, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 12,13% ao ano, observada no fechamento de 31 de março de 2017, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 4,57% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 31 de março de 2017, divulgada pelo IBGE.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	11.296	14.120	16.944
Debêntures	Aumento do IPCA	170.178	185.646	201.114
		Efeito no patrimônio líquido (1)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	7.455	9.319	11.183
Debêntures	Aumento do IPCA	112.318	122.526	132.735
		Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	29.454	22.091	14.727
		Efeito no patrimônio líquido (1)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	19.440	14.580	9.720

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuaçãoc) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	15.780			15.780
Debêntures		35.591	1.318.254	1.353.846
Credor pela concessão	309			309
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)			93.124	93.124
Total	16.089	35.591	1.411.378	1.463.059

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras (inclui equivalentes de caixa)	251.169	236.301
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	339	260
Contas a receber de clientes	18.013	16.715
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.353.846	1.312.477
Contas a pagar a fornecedores	15.780	24.879
Outras contas a pagar	2.202	2.440
Partes relacionadas - mútuo a pagar	93.124	89.220
Obrigações com o poder concedente	309	719

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	93.124	89.220
Debêntures	1.353.846	1.312.477
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.687)	(1.680)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(242.821)	(234.881)
Dívida líquida	<u>1.195.462</u>	<u>1.165.136</u>
Patrimônio líquido	<u>48.514</u>	<u>62.207</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>1.243.976</u>	<u>1.227.343</u>

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	<u>31 de março de 2017</u>		<u>31 de dezembro de 2016</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 13) (i)	1.415.564	1.350.825	1.375.452	1.308.655

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - Continuação

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Exceto pelo saldo de disponibilidades (nível 1), os demais instrumentos financeiros da Companhia são classificados como nível 2.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	104.143
	Responsabilidade civil geral	31.527
	Riscos civil de diretores e administradores	20.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	91.913
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.400

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração

do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2016, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2016 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 11 de maio de 2016 e 28 de março de 2017, respectivamente, sem ressalvas.

Sorocaba, 15 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F"

Marcos Roberto Sponchiado

Contador CRC 1SP175536/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2017.

Salto, 15 de Maio de 2017.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da PricewaterHouseCoopers Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2017.

Salto, 15 de Maio de 2017.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro